

REVISTA



ECOS

**LITERATURAS E LINGUÍSTICAS**

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
- Editora Unemat -

**EPLIT**  
Centro de Pesquisa  
em Literatura

**CEPEL**  
Centro de Estudos e Pesquisas em Letras

Programa de  
Pós-Graduação  
em Estudos Literários  
**PPGEL**

Editores/Organizadores

Agnaldo Rodrigues da Silva  
Taisir Mahmudo Karim

Projeto Gráfico

Ricelli Justino dos Reis

*Copyright* © 2016 / Unemat Editora

Ficha Catalográfica elaborada pela Coordenadoria de Bibliotecas  
UNEMAT - Cáceres

ISSN: 2316-3933 (*Online*)

Revista ECOS. Literaturas e Linguísticas.

Editores/Organizadores: Agnaldo Rodrigues da Silva / Taisir Mahmudo Karim (Revista do Centro de Pesquisa em Literatura e do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários). Cáceres-MT: Unemat Editora, 2016.

387 p.

1. Literatura 2. Linguística

Semestral (Ref.: Jan 2016 - Jun 2016). Vol. 20, ano 13, n. 1 (2016)

CDU: 81

### Índices para catálogo sistemático

1. Literatura - 82

2. Linguística - 81



REVISTA ECOS - Grupo de pesquisa em estudos da Arte e da Literatura comparada - Centro de Pesquisa em Literatura / Programa de Pós-graduação em Estudos Literários  
Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavalhada - Cáceres MT - Brasil - 78200000  
Tel: 65 3221-0023 - revistaecos.unemat@gmail.com



UNEMAT Editora

Av. Tancredo Neves, 1095 - Cavalhada - Cáceres - MT - Brasil - 78200000

Fone/Fax 65 3221-0023 - www.unemat.br - editora@unemat.br

**Vol. 20, Ano 13, nº 1 (2016)**

**ISSN: 2316-3933 (*online*)**

# **REVISTA ECOS**

Literatura e Linguística

Indexações:

Sumários de Revistas Brasileiras ([sumarios.org](http://sumarios.org))

Diadorim

Latindex

## **UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Reitora	Ana Maria Di Renzo
Vice-Reitor	Ariel Lopes Torres
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Rodrigo Bruno Zanin
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	Alexandre Gonçalves Porto
Pró-Reitoria de Gestão Financeira	Ezequiel Nunes Pacheco
Pró-Reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação	Francisco Lledo dos Santos
Pró-Reitoria de Administração	Valter Gustavo Danzer
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Anderson Marques do Amaral

### **CENTRO DE PESQUISA EM LITERATURA** Agnaldo Rodrigues da Silva

#### **CONSELHO EDITORIAL/REVISTA ECOS**

Agnaldo Rodrigues da Silva - UNEMAT (Presidente)  
Elza Assumpção Miné - USP  
Inocência Mata – Universidade de Lisboa/Portugal  
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique  
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida – USP  
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP  
Maria Fernanda Antunes de Abreu – Universidade Nova de Lisboa/Portugal  
Mônica Graciela Zoppi Fontana - UNICAMP  
Roberto Leiser Baronas - UFSCar  
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT  
Tânia Celestino de Macedo – USP  
Valdir Heitor Barzotto – USP

#### **CONSELHO TEMÁTICO CONSULTIVO**

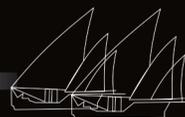
Agnaldo José Gonçalves – UNESP  
Águeda Aparecida Cruz Borges - UFMT  
Ana Antônia de A. Peterson - UFMT  
Ana Maria Di Renzo –UNEMAT  
Benjamin Abdala Junior –USP  
Célia Maria Domingues da Rocha Reis - UFMT  
Eduardo Guimarães - UNICAMP  
Elizete Dall'Comune Hunhoff - UNEMAT  
Elza Assumpção Miné - USP  
Isaac Newton Almeida Ramos - UNEMAT  
José Camilo Manusse – Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique  
José Carlos Paes de Almeida Filho - UNICAMP  
Liliane Batista Barros - UFPA  
Luiz Francisco Dias - UFMG  
Maria dos Prazeres Santos Mendes – USP  
Mário César Leite - UFMT  
Mônica Graciela Zoppi Fontana – UNICAMP  
Nelly Novaes Coelho - USP  
Rita de Cássia Natal Chaves - USP  
Taisir Mahmudo Karim - UNEMAT  
Tânia Celestino de Macedo – USP  
Valdir Heitor Barzotto – USP  
Vera Lúcia da Rocha Maquêa - UNEMAT  
Yasmin Jamil Nadaf - Academia Mato-Grossense de Letras  
Walnice de Matos Vilalva – UNEMAT

REVISTA



**ECOS**

**TEXTOS EM PORTUGUÊS**



INTERFACES ENTRE A SOCIOLINGÜÍSTICA E A  
LINGÜÍSTICA APLICADA: POR UMA PERSPECTIVA SOCIAL E  
POLÍTICA DAS LÍNGUAS

INTERFACES SOCIOLINGUISTICS AND LANGUAGE  
APPLIED: FOR A SOCIAL AND POLITICAL PERSPECTIVE OF  
LANGUAGES

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho<sup>1</sup>

Cristiane Schmidt<sup>2</sup>

Antonio Carlos Santana de Souza<sup>3</sup>

**RESUMO:** Os estudos acerca do fenômeno linguístico e sua relação com aspectos socioculturais e políticos tem sido tema de vários debates na área da linguística. Nesse sentido, mesmo com enfoques teórico-metodológicos diferenciados, a Sociolinguística e a Linguística Aplicada vem se debruçando sobre essas questões, considerando a natureza dinâmica, heterogênea e complexa da língua e sua relação intrínseca com a sociedade, da qual ela é parte constitutiva e constituinte. A partir do exposto, o presente texto pretende apresentar pesquisas atuais que contribuíram com a consolidação dessas discussões em âmbito acadêmico-científico e, ao mesmo tempo, instigar futuras leituras e novos debates.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociolinguística e Linguística Aplicada; Pesquisas; Heterogeneidade linguística e sociocultural; Política linguística.

**ABSTRACT:** The studies about the linguistic phenomenon and its relation to socio-cultural and political aspects have been the subject of many debates in the field of linguistics. In this sense, even with different theoretical and methodological approaches, Sociolinguistics and Applied Linguistics has been leaning on these issues, considering the dynamic, heterogeneous and complex nature of language and its intrinsic relationship with the society of which it is an integral part and constituent. From the foregoing, this paper aims to present current research that contributed to the consolidation of these discussions in academic-scientific field and at the same time, instigate further reading and new debates.

- 
- 1 Mestre em Educação pelo PPGE da UCB. Docente da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. São Bernardo - MA/Brasil. E-mail: nicomedes@gmail.com
  - 2 Mestre em Educação. Doutoranda em Letras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-PPGL/UNIOESTE, Cascavel-PR/Brasil. E-mail: cris\_lehrerin@hotmail.com
  - 3 Mestre e Doutor em Linguística. Docente do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS/Brasil. E-mail: acssuems@gmail.com

**KEYWORDS:** Sociolinguistics and Applied Linguistics; Researches; Linguistic and sociocultural diversity; Language policy.

## Introdução

Estudos voltados para a compreensão e a descrição dos fenômenos que ocorrem entre a **língua** e a **sociedade**, – no sentido de que estão indissolúvelmente entrelaçadas, uma influenciando a outra e uma constituindo a outra – vem sendo objeto da Sociolinguística e da Linguística Aplicada.

Para a Linguística Aplicada, a língua é compreendida com uma prática social; logo o estudo da língua implica o estudo da sociedade e da cultura das quais ela faz parte. Essa perspectiva requer sua observação no uso que se faz dela nos distintos contextos socioculturais por sujeitos socialmente e historicamente situados; dessa forma, não homogêneos (MOITA LOPES, 2006).

E, a Sociolinguística vem enfatizando, desde o seu início, que o comportamento linguístico e sociocultural não é homogêneo, mas que existem diferenças, sendo que essas são sistemáticas e coerentes, assim como a sociedade é heterogênea, complexa e multifacetada. Nesse sentido, necessariamente, para se estudar a língua deve-se estudar a cultura e a sociedade, quer seja os aspectos sociais, culturais e políticos (CALVET, 2002, 2007; SAVEDRA, 2003; OLIVEIRA, 2003; HAMEL, 2003; ALTE-NHOFEN, 2004; DAMKE, 2008; MORELLO, 2012; SAVEDRA, LAGARES, 2012; VON BORSTEL, 2013; MACHADO, 2013).

Conforme essas perspectivas teórico-metodológicas, **são os** falantes que, nas diversas interações sociocomunicativas, mudam a língua – o que justifica a indissociabilidade da língua com a sociedade, pois ambas se influenciam e se constituem. Aqui, a língua e a cultura não são estáticas, nem imutáveis; ao contrário, alteram-se constantemente, em relação ao espaço temporal e geográfico. Dessa forma, o presente texto pretende apresentar e descrever, de forma a instigar futuras leituras e discussões, algumas pesquisas com enfoque nas temáticas destacadas anteriormente.

## Apresentação dos estudos

No entendimento de Calvet na obra intitulada *Sociolinguística: uma introdução crítica* (2002), a posição dominante consiste em manter a língua e a sociedade como duas entidades distintas; entretanto não são ciências separadas, visto o objeto de estudo da Sociolinguística não ser apenas a língua, mas a comunidade social sob o aspecto linguístico. Para

esse autor, a sociolinguística tem diversas aplicações, dentre essas, destaca-se o campo das políticas linguísticas. Trata-se de “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social” (CALVET, 2002, p. 145).

Para Calvet, as políticas acerca da diversidade linguística no contexto social, precisamente, do plurilinguismo, podem ser *geridas* de duas formas, a saber:

- (i) Gestão *in vivo*, que diz respeito a forma como os sujeitos resolvem os problemas decorrentes da diversidade linguística, criando, por exemplo, novos termos para designar noções novas (neologismos).
- (ii) Gestão *in vitro*, refere-se à forma como os linguistas, em seus laboratórios, descrevem, analisam e constroem hipóteses sobre o fenômeno linguístico e respectivos problemas, para posteriormente, serem apreciadas pelos políticos.

Esses dois tipos de gestão, podem gerar conflitos, de modo que a política linguística pode ter uma função simbólica e ideológica. Quer dizer, os Estados, em determinados contextos, tendem a promover e a modificar o *status* e as funções sociais das línguas. Ao passo que uma língua pode alterar sua condição e ser tida como a língua oficial, mesmo não sendo dominada por todos os falantes de uma nação.

Nas palavras de Calvet (2007, p. 11) “o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria”. Fato esse, que ocorreu no contexto nacional, quando a língua portuguesa passou a ser, de forma impositiva por Marques de Pombal, a língua nacional, desconsiderando as línguas de grupos que aqui habitavam, como as línguas indígenas e as de comunidades afro-brasileiras, classificadas atualmente como línguas minoritárias no Brasil.

Dessa forma, esse sociolinguística afirma que as *políticas linguísticas* são intervenções e mudanças nas relações entre as línguas e a sociedade, e o *planejamento linguístico*, a aplicação disso, qualifica-se num desafio não apenas de caráter prático, mas também teórico. Ou seja, Calvet (2007) considera esse binômio como inseparável e de subordinação.

Calvet chama a atenção que a política e o planejamento linguísticos implicam, ao mesmo tempo, “uma abordagem científica das situações sociolinguísticas, a elaboração de um tipo de intervenção sobre essas situações e os meios para se fazer essa intervenção” (CALVET, 2007, p. 19).

Nesse sentido, Calvet (2007) destaca que o surgimento do conceito de planejamento linguístico remete à realidade linguística norueguesa, e foi apresentada por Einar Haugen, em 1959, que coincide com as origens da sociolinguística. Nessa perspectiva, Calvet apresenta a contribuição de Heinz Kloss de 1969, referindo-se à comunidade europeia, em que ele introduziu a distinção entre *planejamento do corpus* (intervenções na forma da língua) e *planejamento do status* (intervenções nas funções da língua).

Logo, cabe ao Estado o poder e os meios (o sistema escolar e a mídia) para que um planejamento linguístico seja posto em prática, em vias de fato, se torne numa *política* linguística, pois que as intervenções na língua têm um caráter eminentemente social e político.

Em se tratando da temática dos direitos linguísticos, Hamel (2003), destaca sua relação com o movimento emergente em prol da diversidade cultural, étnica e linguística, em contraposição ao movimento de homogeneização ou de dicotimização no âmbito universal. E no âmbito individual, cada sujeito tem o direito de “aprender e desenvolver livremente sua própria língua materna, a receber educação pública através dela, a usá-la em contextos oficiais socialmente relevantes [...]” (HAMEL, 2003, p. 51).

No entanto, de forma generalizada o autor declara que nos EUA, na América Latina e em diversos países da Europa, a sociedade dominante não tem demonstrado interesse em apoiar políticas em prol da preservação linguística e cultural dos grupos minoritários, no caso, os imigrantes. Ao mesmo tempo, Hamel (2003) reitera para o fato da legislação acerca dos direitos linguísticos ser muito recente, como exemplo a Carta Europeia de Línguas Regionais ou Minoritárias (1992); visto que, tradicionalmente ignorou-se a natureza histórica-social das línguas.

Pelo fato de os direitos linguísticos se posicionarem em defesa dos direitos das minorias, tanto em dimensão individual, como na dimensão coletiva, ambas podem entrar em conflito. Porém para esse autor, essa posição é criada e reproduzida pela classe dominante, a fim de não perder seus privilégios para as minorias etnolinguísticas.

Para que ocorra uma proteção internacional das minorias, quer seja, uma política de pluralismo cultural, é necessário conforme Hammel, que prevaleça o princípio de igualdade entre os membros dos grupos minoritárias e majoritários; assim como devem ser adotadas medidas especiais, visando a manutenção das especificidades de cada grupo.

A Sociolinguística, inicialmente, não se envolveu muito com as questões de legislação e direitos linguísticos; salvo as pesquisas de Kloss sobre a etnopolítica (1969) na Europa e os direitos linguísticos dos imigrantes nos EUA (1971). Nesse sentido, o autor reitera a necessidade de a sociolinguística partir de um conceito mais amplo de políticas linguísticas, concentrando-se nas contradições entre as posições políticas evidentes e as intervenções das diferentes forças da sociedade.

Trazendo a discussão da política linguística para o contexto brasileiro Savedra (2003), com base numa investigação realizada em escolas e universidades, nas quais estrangeiros são aprendizes da língua portuguesa como língua estrangeira, reafirma a necessidade de definição de uma política linguística nacional.

Nesse sentido, a pesquisadora salienta que, apesar de constar na Constituição que o Brasil é um país multilíngue e que aqui coexistem, por exemplo, muitas línguas de imigrantes, além da temática ser discutida pelas associações científicas (ABRALIN, ALAB), “nosso país ainda se resente da falta de uma política linguística que abranja de forma coerente e contínua os múltiplos fatores que lhe seriam afetos” (SAVEDRA, 2003, p. 40). Porém, a autora ressalta a importância de que isso seja feito a partir da inserção do Brasil como país integrante do Mercosul.

Comparando a realidade da união europeia, onde constam 27 países membros e 11 línguas oficiais, com o Mercosul, com 4 países e duas línguas oficiais, Savedra destaca a falta de política linguística atestada em 7 países latino-americanos. Dessa forma, com base na realidade linguística e socio-cultural brasileira, ou seja, o fato de haver uma diversidade linguística/cultural explícita – evidenciada nas línguas autóctones (180 línguas indígenas) e nas línguas alóctones (cerca de 30 línguas de imigrantes), é extremamente relevante que seja estabelecida uma política linguística para o Brasil.

A partir de um levantamento bibliográfico, a autora elenca três eixos temáticos decorrentes de pesquisas sob a abordagem da sociolinguística, a saber:

- a) Identidade nacional: pesquisas que debatem questões de política e planificação linguística, a partir da problemática do bilinguismo e multilinguismo em situações de contato linguístico.
- b) Identidade regional: pesquisas que procuram uma definição de línguas oficiais no contexto regional.
- c) Globalização linguística: discussão acerca da hegemonia da língua inglesa no contexto mundial e suas respectivas consequências.

Além desse levantamento, Savedra ainda se valeu de uma análise documental de pesquisa de campo propriamente dita (comunidades autóctones e alóctones, contextos de fronteira, contextos escolares), visando elencar elementos relevantes para a implementação das políticas linguísticas no Brasil. Apesar dos resultados ainda serem considerados preliminares, a pesquisadora enfatiza que esses dados são representativos da riqueza da diversidade linguística em solo brasileiro.

Nessa perspectiva, **Altenhofen** no trabalho intitulado *Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil*, sinaliza para o fato de que “a política linguística para essas populações de imigrantes se alternou entre momentos de indiferença e de imposição severa de medidas prescritivas e proscritivas” (ALTENHOFEN, 2004, p. 83 [grifos do autor]).

Trata-se da política de nacionalização, período no qual não era permitido aos imigrantes, sobretudo os alemães e os italianos, de fazer uso da sua língua. No entanto, para esse pesquisador, apesar desse rechaço, a língua dos imigrantes não foi extinta, mas continua em andamento, apesar de não serem consideradas na legislação vigente.

Para esse pesquisador, além do papel do Estado na definição das políticas linguísticas, é necessário que sejam contempladas instâncias menores, como a família, a igreja e a escola, para as escolhas e decisões, pois estas servem de aplicação das escolhas da parte do governo.

Considerando isso, Altenhoffen (2004), aborda diversos mitos e concepções linguísticas, a saber:

- a) Visão do Brasil como país monolíngue: Esse mito é, igualmente, discutido para quem essa homogeneidade linguística, ou seja, a visão de que o Brasil é dominado pelo português em toda a sua extensão, “tem contribuído em maior ou menor grau, para ofuscar a presença de populações e áreas bilíngues oriundas da imigração” (ALTENHOFEN, 2004, p. 87).
- b) Mito nacionalista: Esse mito tem relação com o fato de que para ser brasileiro, era preciso que se falasse português, sendo que servir de civismo e abrasileiramento dos falantes de línguas de imigrantes, sobretudo no período de guerras mundiais.
- c) Má-vontade contra valorização da língua materna: Esse mito refere-se ao fato de que os imigrantes falantes de línguas minoritárias não terem desejo de assimilar o português e se fecharem na sua língua materna.

- d) A proibição da língua minoritária como prática política e didática: Esse mito diz respeito à proibição do uso da língua dos imigrantes no contexto escolar, o que, efetivamente, não resolve essa questão, mas é decorrente da incapacidade por parte dos gestores frente às situações do bilinguismo.
- e) Língua de imigrantes como culpada do fracasso escolar: Esse mito refere-se à atitude discriminatória que se estende às variedades linguísticas. Assim como o mito de que o bilíngue não sabe bem nem uma nem outra língua.

Em relação ao artigo de **Damke** (2008) sobre as políticas linguísticas e a conservação da língua alemã no Brasil, o pesquisador reafirma a indissociabilidade da língua com a sociedade, pois ambas se influenciam e se constituem. Nessa perspectiva teórica, a língua e a cultura não são estáticas, nem imutáveis; ao contrário, alteram-se constantemente, em relação ao espaço temporal e ao geográfico.

Damke (2008), também, conclama que o Brasil é conhecido pela sua diversidade étnica, linguística e cultural, ou uma espécie de grande mosaico nacional, para o qual se faz necessário a adoção de uma política adequada. Ou seja, como fora constatado no contexto da União Europeia, para a realidade brasileira precisa-se de *Sprachenpolitik*.

No entendimento do autor, para se definir a coexistência de diversas línguas em contato, referindo-se aos imigrantes alemães no sul do Brasil, é importante recuperar o conceito de comunidade ou ilha linguística.

Ilha linguística é uma comunidade linguística formada a partir de uma assimilação cultural e linguística retardada ou evitada, que, como minoria linguística, é cerceada e/ou pressionada e até mesmo é excluída por uma maioria étnica e linguística diferente e que é discriminada pela sociedade dominante por causa de sua disposição social e individual para a singularidade (DAMKE, 2008, p. 4).

Apesar de não ser fácil determinar se uma variedade linguística está em processo de diminuição ou de aumento, os fatores da competência, do desempenho e das atitudes dos falantes para com as variedades utilizadas, auxiliam nesta questão.

Nessa perspectiva o autor questiona que, apesar de decorridos quase duzentos anos, a língua e a cultura alemães ainda se conservam vivas e são usadas atualmente por falantes com relativa frequência em

diversas regiões do Brasil, sobretudo no sul. No seu entendimento, trata-se de uma reafirmação e de um esforço em favor da manutenção de uma identidade étnica e cultural. Em parte, representa a diversidade linguística e cultural atestada, sobretudo no sul do Brasil, manifestada nas vozes e nas práticas culturais desse grupo minoritário.

**Savedra e Lagares** (2012) discutem em seu artigo os conceitos e as terminologias no que diz respeito à política e planificação linguística no Brasil. Dessa forma, resgata a origem do conceito, precisamente no final da década de 50 e início dos anos de 1960 pela literatura da área da sociolinguística (HAUGEN, 1959). A partir de avanços e ajustes em relação ao conceito inicial, a “política linguística é definida como sendo a determinação de grandes escolhas relativas às relações entre as línguas e determinadas sociedades e planificação linguística como a política linguística posta em prática, representando um ato de autoridade” (SAVEDRA; LAGARES, 2012, p. 12).

Conforme os autores, na atualidade essa temática também é objeto dos estudos no campo da Linguística Aplicada, no Ensino de Línguas e na Sociolinguística. Na perspectiva atual, a LA tem se debruçado sobre as implicações políticas do ensino e aprendizagem de línguas, como por exemplo o papel das línguas estrangeiras na educação linguística dos cidadãos e no currículo escolar, também o modelo de língua e formas de tratamento da diversidade linguística em contextos educativos.

No campo dos estudos sociolinguísticos, os autores recuperam a discussão feita por Calvet sobre as intervenções *in vivo* e *in vitro*. Ao mesmo tempo, apresentam diversos conceitos pertinentes a essa temática, como o de língua oficial, nacional e estrangeira. A primeira língua denota a língua do povo, cuja função é a de lhes atribuir um pertencimento; já a língua oficial é a do Estado e que é obrigatória nas questões formais; e a língua estrangeira diz respeito aos falantes de um povo ou nação alheia. Ainda declaram que a maioria dos estudos linguísticos acerca da política linguística insere-se na planificação do corpus, especificamente sobre o debate normativo e implicações no ensino básico.

Novamente os pesquisadores salientam a carência, quer dizer, a falta de uma política linguística e educacional para o ensino de línguas no Brasil, uma vez que nossa realidade contempla uma diversidade de contatos; fato esse já evidenciado em pesquisas anteriores (SAVEDRA, 200, 2003, 2004).

Nas considerações finais, os pesquisadores reforçam diversos tópicos essenciais para discussão e pesquisa da política linguística na-

cional e internacional, dentre essas destacam-se: (i) a consideração dos contextos bilíngues decorrentes do processo de imigração e respectivas propostas educacionais adequadas para cada contexto; (ii) promoção da discussão na formação do professor, no caso em cursos de licenciatura, a questão da primeira, segunda e língua estrangeira.

O artigo seguinte, intitulado *Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e implementação do Inventário Nacional da diversidade linguística (INDL)* da autoria de **MO-RELLO** (2012), dá-se uma discussão acerca da primeira política linguística de abrangência nacional, datada de 09 de dezembro de 2010.

Nesse sentido, a autora faz uma recuperação dos estudos, a partir da década de 1940 até a década de 2000, os quais precederam e foram ‘molas propulsoras’ dessa política em prol da afirmação e promoção da diversidade linguística no Brasil.

A autora enfatiza como fundamental desse marco político, o entendimento de comunidade linguística. Também destaca a criação do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL) em 2006, que dentre diversas ações, reconheceu as línguas como patrimônio imaterial e estabeleceu categorias histórico-sociológicas para a classificação das línguas brasileiras no relatório do GTDL (2006). Como um avanço desse processo, ela destaca a cooficialização de 9 línguas em 12 municípios, sendo 5 línguas indígenas e 4 línguas de imigração, no ano de 2012.

Outra ação importante desse inventário é a reivindicação para que “haja uma participação das comunidades linguísticas e da sociedade em geral” (MORELLO, 2012, p. 36), apesar do reconhecimento do desconhecimento da população sobre a situação linguística no país. Ou ainda: “Falar uma outra língua ou a língua de sua comunidade se revestiu de valores negativos para os falantes. Fonte de muitos tipos de exclusão, [...]” (p. 37).

Nesse sentido, trata-se de uma questão histórica a negação/silenciamento da parte dos falantes (e da parte de outros) de suas línguas, dificultando uma representatividade no âmbito nacional. Assim, o inventário estabelece que o Estado institucionalize uma política pública nacional de gestão das línguas.

Para a pesquisadora **Von Borstel** em seu trabalho intitulado *Políticas linguísticas e educacionais em situações de línguas em/de contato* (2013), a Linguística Aplicada tem se apresentado como perspectiva teórica eficaz para reflexões nos estudos linguísticos. Conforme seu entendimento, a Linguística Aplicada,

[...] é uma área de pesquisa que está diretamente relacionada à resolução de problemas práticos na realidade linguística da sociedade, podendo contribuir muito para a área de ensino-aprendizagem de línguas de imigrantes e de fronteira geográfica (VON BORSTEL, 2013, p. 2).

É o que afirma Moita Lopes (2006) referindo-se à essa teoria na atualidade, a qual está numa nova era e busca novos modos de teorizar e fazer Linguística Aplicada. De acordo com esse pesquisador, a Linguística Aplicada apresenta essa nova postura, com enfoque multi/pluri/interdisciplinar, visando transcender os limites disciplinares.

O termo 'INdisciplinar', adjetivo que consta no título da obra de Moita Lopes, causa desconforto para aqueles que vivem dentro de limites disciplinares, nos quais predominam as verdades absolutas, únicas e imutáveis. Esse hibridismo teórico-metodológico, justifica-se pela necessidade de se investigar e de se entender o contexto sociocultural e linguístico atual, marcado pela heterogeneidade, complexidade e dinamicidade.

Da mesma forma, Von Borstel (2013), ressalta que por meio da linguagem a pessoa estabelece relações recíprocas de natureza linguística e cultural. Ao passo que a LA, voltada aos problemas do uso da linguagem na vida real (contato linguístico; bilinguismo/multilinguismo) e às questões com relação ao ensino de línguas.

Na perspectiva das políticas linguísticas e educacionais no Brasil, a pesquisadora reitera a falta de respeito entre os falantes de línguas bilíngues (português-espanhol) no contexto de fronteira geográfica como o Paraguai, especificamente no Oeste do Estado do Paraná, atestada em diversos estudos *in loco*. Sendo que seria necessário que a população brasileira, bem como a educação e a economia tivessem reconhecimento do valor cultural e linguístico das línguas minoritárias, como as de falantes de línguas de imigração e de fronteira.

Como forma de comprovar isso, a pesquisadora demonstra em suas investigações feitas na região do Oeste paranaense duas realidades de contato linguístico. Uma feita na cidade de Marechal C. Rondon (2010), com descendentes de alemães e outra em Guaíra (2006) num contexto de fronteira geográfica. Nesses casos, os entrevistados são estigmatizados culturalmente pela comunidade, pois fazem uso de alternância linguística.

De certa forma, isso também é reflexo da trajetória do processo de adaptação dos imigrantes no sul do Brasil, em especial dos alemães, uma vez que houve da parte do governo períodos de repressão à língua/cultura desses falantes. Diversas ações, como o fechamento de escolas e a

proibição do uso da língua e de símbolos foram impostas às comunidades dos imigrantes no país, sobretudo na época de guerras mundiais.

Por isso, novamente, conforme os demais autores e pesquisadores, Von Borstel também reitera a necessidade do respeito e, sobretudo de uma Política Educacional e Linguística, assim como na continuidade de pesquisas com perspectiva multidisciplinar para com as línguas *em e de* contato na realidade brasileira.

Por fim, o texto de Machado (2013) que procura apresentar uma visão panorâmica das ações do governo do Brasil, visando a divulgação da sua língua/cultura no Paraguai e as ações atuais, como abertura da Licenciatura em Língua Portuguesa na Universidade de Assunção (principal universidade do Paraguai) e do programa do Leitorado.

Em relação ao Leitorado em Assunção, o autor reitera sua importância, pois é responsável pela divulgação da língua/cultura brasileiras nas universidades, sendo que o Leitor, como representante do Ministério das Relações Exteriores, se define como um agente cultural, cujas funções são heterogêneas.

Também, salienta que o Brasil vem avançando com essas iniciativas, já que tem interesse na internacionalização da sua língua/cultura em contextos externos, sendo que no Paraguai vem acontecendo desde do ano de 2008, contudo a criação da única Licenciatura em Língua Portuguesa no estado paraguaio iniciou suas atividades no ano de 2011. No entanto, Machado apresenta algumas questões de tensão entre os países envolvidos e também as carências em relação à estrutura dessa universidade para as atividades docentes.

De forma geral, o autor, com base nessa experiência, reafirma a dissimetria existente entre o Brasil e o Paraguai, assim como a insatisfação paraguaia com o Brasil que se considera como 'grande' dentre os países-membros do Mercosul, apesar de a língua portuguesa não ser dominante e ter menor presença nas instituições paraguaias dentre as línguas estrangeiras.

### **Considerações finais**

Além dos aspectos de caráter mais geral, como o fato de a Linguística Aplicada e a Sociolinguística irem se constituindo como teorias em contexto e épocas similares, ambas concebem a língua e sua relação intrínseca com os fatores sociais. O que as aproxima, ainda, é que ambas surgem de situações relacionadas com a prática, nesse caso, com o uso da língua nas interações sociais. A observação da prática desencadeia novas

abordagens da língua e, por sua vez, novas formas de investigar e compreender o fenômeno linguístico-social, ou seja, teorias da linguagem.

Assim, esses estudos são representativos da riqueza da pluralidade linguística existente em nosso país, como também com relação aos países com os quais há fronteira geográfica. O fenômeno do bilinguismo/multilinguismo, no sentido do contato linguístico-cultural, remete a um processo que, em certa medida, nem sempre ocorre de forma harmoniosa, mas o conflito pode permear essas relações.

A situação conflituosa é, muitas vezes, decorrente do contato entre falantes de línguas, cujo status é diferente (uma é mais valorizada que a outra). Em se tratando do contato entre línguas tidas como oficiais com as línguas minoritárias, as últimas, em sua maioria, não apresentam prestígio social, nem vantagem econômica para seus falantes.

Por isso a importância e a necessidade de uma Política Linguística e Educacional que propague o respeito e que defenda o pluralismo de línguas e culturas, em especial das línguas minoritárias. Sendo que para tanto, é fundamental, além das ações do Estado a coparticipação da sociedade, objetivando uma consciência linguística. Pois que essa heterogeneidade pode e deve ser concebida como agregação de valor cultural e fator de pertencimento.

## Referências

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Política linguística, mitos e concepções linguísticas em áreas bilíngues de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana. RILI II**, n. 1, 2004, p. <Disponível em: [http://www.iber-america.net/files/ejemplo\\_por.pdf](http://www.iber-america.net/files/ejemplo_por.pdf)>.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. de Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola, 2002.

\_\_\_\_\_. **As políticas linguísticas**. Trad. de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tengen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

DAMKE, Ciro. Políticas linguísticas e a conservação da língua alemã no Brasil. **Espéculo**, n. 40, 2008, p. 1-12.

HAMEL, Rainer Enrique. Directos linguísticos como directos humanos debates e perspectivas. In: OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Declaração universal dos directos linguísticos: novas perspectivas em política linguística**. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 47-80.

MACHADO, Luís E. W. As ações do estado brasileiro para a promoção da língua, da literatura e da cultura do Brasil no Paraguai. **Revista Multidisciplinar Acadêmica Vozes dos Vales**, n.04, Ano II, 2013, p. 1-25.

---

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MORELLO, Rosângela. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e implementação do Inventário Nacional da diversidade linguística (INDL). *Gragoatá*. n. 32, 1. sem. 2012, p. 31-41.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Declaração universal dos direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

SAVEDRA, Mônica M. Guimarães. Políticas linguísticas no Brasil e no Mercosul: o ensino de primeira e segunda línguas em um bloco regional. **Palavra – PUC/Rio**, 11, 2003, 39-54.

\_\_\_\_\_; LAGARES, Xoán C. Políticas e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Gragoatá**. N. 32, 1. sem. 2012, p. 11-27.

VON BORSTEL, Clarice N. **A linguagem sociocultural do Brasildeutsch**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2011.

